

PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO

Ferramentas estratégicas para a promoção do desenvolvimento, o planejamento e a informação têm desempenhado papel de fundamental importância na trajetória de transformação e crescimento do Estado, subsidiando, a um só tempo, a tomada de decisões, a identificação de riscos e oportunidades e o ajuste tempestivo dos rumos, de forma a assegurar agilidade de resposta às mudanças do ambiente macroeconômico e institucional. Através de seu acervo de estudos, projetos e pesquisas socioeconômicas e ambientais, permanentemente atualizado e ampliado, e também disponibilizado no ambiente web e nas 50 publicações periódicas, o Governo do Estado vem provendo a sociedade civil e a própria área governamental de informações.

Dentre os marcos mais significativos de 2005, o Governo lançou a Rede Planejamento Bahia e está finalizando o Portal Gestão Municipal Eficiente, para oferecer suporte técnico ao processo de descentralização do planejamento. Realizou ainda a primeira edição do Selo de Incentivo Municipal, destinando R\$ 3 milhões em prêmios para incentivar ações municipais capazes de agregar melhorias à qualidade de vida da população.

O planejamento orçamentário incorporou, em 2005, um mecanismo pioneiro de consulta à sociedade sobre as destinações do orçamento estadual. Utilizando avançados recursos da tecnologia da informação e o reconhecido repertório técnico do planejamento baiano, foi incorporada aos projetos da Secretaria do Planejamento – SEPLAN a implantação de um banco de idéias para subsidiar as políticas governamentais. Este projeto, denominado Orçamento Cidadão, registrou 12.354 solicitações, originárias de 266 municípios, evidenciando o caráter

participativo da iniciativa – do total de R\$ 3,5 bilhões destinados a investimentos no orçamento de 2006, cerca de R\$ 1,4 bilhão contemplou os pleitos apresentados.

Em cooperação técnica com o Governo Federal, o Estado também iniciou em 2005 a capacitação dos municípios para o planejamento de médio prazo, através do projeto "Construindo um PPA Municipal". Esse esforço pioneiro buscou promover de forma simples e objetiva a qualificação de equipes locais, fornecendo subsídios na elaboração e sistematização dos seus programas de trabalho.

Instrumento indispensável ao planejamento, o sistema de monitoramento e avaliação, destinado a aferir o desempenho governamental, logrou avanços expressivos em 2005, contribuindo para agregar ganhos de efetividade às ações e programas. Investindo na formação, informação e articulação dos agentes de planejamento, o governo introduziu aperfeiçoamentos no formato e fluxo das informações, construindo ainda um Modelo Lógico de Gestão de Programa, que começou a ser testado no programa Cabra Forte.

Os sistemas corporativos de dados do planejamento também passaram por aprimoramentos e incorporaram novas funcionalidades, com vistas a assegurar maior precisão e agilidade de acesso. Destaca-se, dentre as inovações, a construção do protótipo do Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças – SGPF, que a partir de 2006 substituirá os sistemas atuais.

A posição de destaque que a Bahia ocupa no cenário nacional, no âmbito do planejamento

governamental, conferiu-lhe papel de liderança em importantes fóruns nacionais. Assim, o Estado responde, atualmente, pela presidência do Fórum Nacional de Secretários do Planejamento, coordena o Grupo de Gestores de Planejamento e Orçamento dos Estados Subnacionais – Gepor e preside a Associação Nacional das Instituições Públicas de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes.

A atuação nessa área mereceu a consagração do Prêmio Top of Mind, categoria Urbanização – Empresas, concedido pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública – Inbrap. A premiação foi um reconhecimento ao empenho do Governo em dotar de maior transparência as suas ações e criar canais de comunicação com a sociedade, estimulando a participação social na definição de políticas, ações e prioridades – o que, em 2005, concretizou-se mediante iniciativas como o Orçamento Cidadão.

ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

O Governo do Estado, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, vinculada à Secretaria do Planejamento – SEPLAN, oferece, de forma detalhada, um panorama da realidade do Estado e de seus 417 municípios, e constitui-se, atualmente, no principal provedor de dados do Estado, atendendo a demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil, cumprindo a missão de colocar a informação a serviço da sociedade.

Essas informações são disponibilizadas por intermédio do site www.sei.ba.gov.br e de cerca de 50

publicações editadas anualmente pelo órgão, entre as quais destacam-se o Anuário Estatístico da Bahia; a revista Conjuntura & Planejamento; Estatística dos Municípios Baianos; a revista Bahia: Análise e Dados; a série Estudos e Pesquisas e a revista Bahia Invest.

A SEI tem firmado diversas parcerias com organismos nacionais e internacionais, dentre os quais se encontram o Instituto Nacional de Estatística de Portugal – INE, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI.

Objetivando fomentar a reflexão e disseminar informações, o Governo da Bahia, por intermédio da SEPLAN/SEI, realizou importantes eventos em 2005, merecendo destaque:

- Workshop Demografia dos Negócios – Realizado em parceria com a Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, com o apoio do UNFPA, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e do Centro de Recursos Humanos – CRH/Ufba, a iniciativa teve como principal objetivo evidenciar a relevância da demografia no processo de identificação de oportunidades de negócios e tomada de decisão no mercado de bens e serviços;
- Encontro técnico e treinamento sobre a metodologia e estruturação da base de dados do PIB Municipal – Realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, discutiu aspectos operacionais da metodologia do PIB Municipal, com base em ferramentas avançadas de extração e sistematização dos dados usados como ponderadores da participação dos municípios no agregado macroeconômico; e o

SEI



- I Encontro de Economia Baiana – Promovido em parceria com o Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia e a Secretaria da Fazenda do Estado, por intermédio da Desenhahia, e com patrocínio da Petrobras, o evento contou com a presença de 400 participantes e tratou de temas estratégicos como: Economia Baiana, Economia Regional e Financiamento do Desenvolvimento.

No âmbito da capacitação, o Governo do Estado, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, junto com a Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem, promoveu um extenso ciclo de seminários nas cidades-pólos da Bahia, com o objetivo de discutir, sensibilizar e fornecer subsídios aos prefeitos e gestores municipais para que incluam as metas do milênio nos seus planos de governo.

O cumprimento dessas metas, estabelecidas em nível mundial pela Organização das Nações Unidas – ONU, vai possibilitar a melhoria da qualidade de

vida da população, garantindo uma maior eficiência e efetividade das ações socioeconômicas e ambientais dos municípios e do Estado.

A SEPLAN/SEI participou dos seminários fazendo um trabalho de sensibilização sobre a importância e o uso da informação no processo de planejamento, além da elaboração do caderno informativo contendo indicadores estratégicos para o planejamento municipal, disponibilizado para os 417 municípios baianos.

A SEPLAN/SEI também participou do seminário "Novos Gestores Municipais – Capacitando para o Desenvolvimento Municipal", direcionado aos prefeitos novos e reeleitos dos municípios dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, bem como dos dois encontros regionais das comissões municipais tripartites e paritárias de trabalho, emprego e renda.

No ano de 2005, novos temas foram abordados nas publicações e estudos realizados pelo Governo do Estado, através da SEI, conforme detalhado no Quadro I.

Quadro 1

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICAS BAHIA, 2005	
PUBLICAÇÃO/ESTUDO	CONTEÚDO
Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento do mercado de trabalho da RMS
Índice de Preços ao Consumidor – IPC	Pesquisa mensal que acompanha o comportamento dos preços para cálculo da inflação da cidade do Salvador
Pesquisa Mensal do Comércio – PMC	Análise mensal, com os dados do IBGE, o comportamento do comércio varejista do Estado da Bahia
Pesquisa de Orçamento Familiar	Pesquisa pontual, realizada em parceria com o IBGE, com o objetivo de investigar os hábitos de consumo das famílias do Estado da Bahia e, principalmente, atualizar a cesta de consumo do IPC
Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) do Programa Ribeira Azul	Elaboração da base de dados para subsidiar o plano de monitoramento e avaliação do Programa Ribeira Azul, englobando cinco áreas temáticas (dados censitários, valorização fundiária, segurança, saúde e transporte). A avaliação – a ser realizada por uma parceria entre o Banco Mundial, a AVSI e a Conder – verificará o impacto do projeto sobre a qualidade de vida de uma população dos 150 mil residentes da área (Conclusão)
Migração e Migrantes da Bahia nos anos 1980 e 1990 (Etapa I)	Análise dos fluxos migratórios interestaduais
Os Diferentes Mercados de Trabalho na Bahia (Módulo I)	Diagnóstico do mercado de trabalho, a partir de indicadores básicos, das regiões econômicas e municípios como subsídio para políticas públicas, principalmente no âmbito do Plano Territorial de Qualificação – Planteq/Ba
Projeto "Viva Nordeste"	Diagnóstico sociodemográfico para áreas de ponderação do Nordeste de Amaralina, em Salvador, com informações da amostra do Censo Demográfico do IBGE
O PIB da Bahia: 30 anos em análise	Estudo que reúne em uma série histórica inédita 30 anos de análise da economia baiana pela ótica do PIB. Tabelas de resultados são apresentadas evidenciando as mudanças ocorridas no perfil produtivo do Estado da Bahia no período de 1975 a 2004
Contas Regionais da Bahia (ano base 2003 e estimativa 2004)	Projeto em parceria com o IBGE e demais instituições de pesquisa do país, cujo objetivo principal é mensurar, discutir e analisar o resultado econômico do Estado da Bahia, através do Produto Interno Bruto – PIB
PIB Municipal	Cálculo do Produto Interno Bruto dos municípios baianos, com base em metodologia nacionalmente aceita e universalmente colocada em prática pelas 27 unidades da federação brasileira. Esse projeto tem também a coordenação do IBGE nacional e apresentou os resultados para o período 1999–2002

continua

conclusão do Quadro 1

PUBLICAÇÃO/ESTUDO	CONTEÚDO
PIB Trimestral da Bahia	Indicador trimestral do desempenho macroeconômico do Estado da Bahia. Fornece informações sobre a evolução das principais atividades econômicas da Bahia (indústria, agropecuária e serviços), permitindo comparações trimestrais do desempenho dos principais setores da economia baiana
Estudo analítico do Índice de Competitividade dos Estados Brasileiros – ICE	Estudo realizado em parceria com a Ufba, com o objetivo de caracterizar o trabalho proposto pelo Movimento Brasil Competitivo – MBC aos órgãos de pesquisa estaduais para medição da competitividade nacional. As conclusões desse estudo revelaram problemas na conceituação das variáveis e na metodologia proposta pelo MBC, indicando os passos a serem tomados para a máxima eficiência desse trabalho
Índice de Gestão Municipal	Indicador de gestão desenvolvido para permitir a criação do selo de qualidade municipal a ser outorgado aos municípios merecedores
Índice territorial	Indicador para classificação dos territórios do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – Incra, para direcionar ações de governo
Indicadores de sustentabilidade ambiental (de recursos hídricos e urbanos)	Indicador que antecipa a percepção das conseqüências ambientais de qualquer interferência humana no meio ambiente, qualquer que seja sua natureza (econômica, social, dentre outras)
Mapeamento do uso do solo das bacias dos rios Itapicuru e Vaza-Barris	Levantamento das informações agro-silvo-pastoris nas bacias dos rios Vaza-Barris e Itapicuru
Mapeamento de áreas degradadas	Identificação das áreas com susceptibilidade à desertificação no Estado

Fonte: SEPLAN/SEI

Outros projetos para a realização de publicações e estudos encontram-se em fase de elaboração, a exemplo do Mapeamento Cultural do Centro Histórico de Salvador, da Biblioteca Pública Informatizada, dos Impactos dos Novos Investimentos Industriais sobre o Emprego e a Renda nas Regiões Econômicas do Estado, da Base de Dados Espaciais – BDE, dentre outros.

Visando ampliar a capacidade de disseminação das informações foram elaborados diversos itens

destinados à divulgação dos estudos e pesquisas da SEI, conforme demonstrado no Quadro 2.

Outros projetos voltados para a disseminação da informação encontram-se em fase de elaboração, a exemplo de edições especiais da Revista Bahia Análise & Dados, Informações dos Municípios Baianos em CD-ROM, Povoados da Bahia, dentre outros.

Vale destacar, também, que diversos sistemas informatizados foram desenvolvidos e implantados,

Quadro 2**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E GEOGRÁFICA**

BAHIA, 2005

PUBLICAÇÃO/ESTUDO	CONTEÚDO
Folder mensal do IPC	Análise mensal da inflação de Salvador
Boletim anual da PED	Análise anual do mercado de trabalho da RMS
Boletim anual da PMC	Análise anual do comércio varejista da Bahia
Boletim anual do IPC	Análise anual do comportamento dos índices de preços na Capital baiana
Release mensal da PED	Análise mensal do mercado de trabalho da RMS (no site da SEI)
Release mensal da PMC	Análise do comércio varejista da Bahia (no site da SEI)
Boletim Caged de Emprego Formal	Divulgação mensal sobre o mercado de trabalho formal a partir dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, com destaque para os resultados da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e interior
Perfil Financeiro dos Municípios Baianos – 2001 e 2002	Publicação anual que disponibiliza as informações de receitas e despesas dos 417 municípios do Estado da Bahia. É realizada em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios – TCM. Nesse caso, a publicação fornece informações agregadas para o período 1994–2002, desagregando os dados de 2001 e 2002
Boletim de Finanças Públicas	Publicação trimestral sobre o desempenho dos principais indicadores de finanças públicas da União, do Estado da Bahia (ênfase maior) e de municípios baianos. Na edição anual (março) é apresentado um estudo sobre o desempenho das finanças estaduais ao longo do ano de 2004
Anuário Estatístico 2004	Publicação contendo um conjunto de indicadores econômicos e sociais agregados para o Estado. Disponível no site da SEI
CD Desenvolvimento Territorial na Bahia	Publicação contendo Caderno Informativo, CD-ROM e DVD contendo apresentações teóricas e práticas sobre o tema

Fonte: SEPLAN/SEI

proporcionando melhor suporte tecnológico, conforme especificado no Quadro 3.

Ainda em 2005, através de convênio celebrado com a ONU, a Comunidade Européia e o IBGE, a SEI se manteve na condição de biblioteca depositária destes organismos, preservando um acervo composto por mais de cinco mil títulos, além dos 18 mil títulos existentes.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O combate à pobreza e às desigualdades sociais é uma das tarefas prioritárias do Governo da Bahia, ao qual cabe a responsabilidade de criar as condições

para o desenvolvimento sustentado e equilibrado, cujos resultados possam ser distribuídos de forma justa para toda a sociedade.

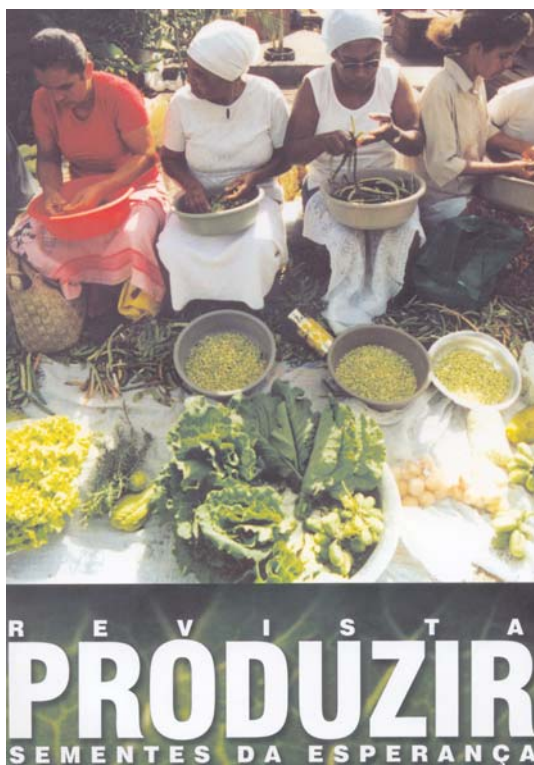
A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública vinculada à SEPLAN, se constitui em um dos principais instrumentos para o cumprimento dessa meta, uma vez que uma de suas atribuições primordiais é, justamente, promover o planejamento e a articulação municipal, de modo a contribuir para a integração econômica e social das diversas regiões do Estado. Para tanto, a CAR tem sob sua responsabilidade a condução de importantes programas de combate à pobreza rural, a exemplo do Produzir, Pró-Gavião, Crédito Fundiário e Viver Melhor Rural, dentre outros.

Quadro 3

DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ESTATÍSTICAS BAHIA, 2005

ITEM	CONTEÚDO
Desenvolvimento de Sistema de Controle de Acessos ao Site – Sica	Registra os acessos realizados ao site da SEI, bem como ao sistema de banco de dados de informações estatísticas oficiais da Bahia, disponível no mesmo site
Desenvolvimento de novo Sistema de Cálculo do Índice de Preços ao Consumidor – IPC	Permite o cadastramento de diversos itens que fazem parte desse indicador, bem como a concepção do seu cálculo
Desenvolvimento do Sistema de Mala Direta	Desenvolvido com a finalidade de promover o envio de e-mails através de mala direta cadastrada e impressão de etiquetas para diversos grupos de pessoas e instituições catalogadas
Instalação e configuração de servidor <i>firewall</i> para a SEI	Controle do acesso à Internet, instalado em plataforma <i>Linux</i> , utilizando o software <i>Iptables</i>
Desenvolvimento de aplicação de consulta à web	Aprimoramento do sistema, adequando-o com as modernas tecnologias de informação e comunicação
Operacionalização e comercialização da Base Cartográfica Digital	Disponibiliza ao público especializado informações cartográficas e de recursos naturais

Fonte: SEPLAN/SEI



Publicação do Programa Produzir

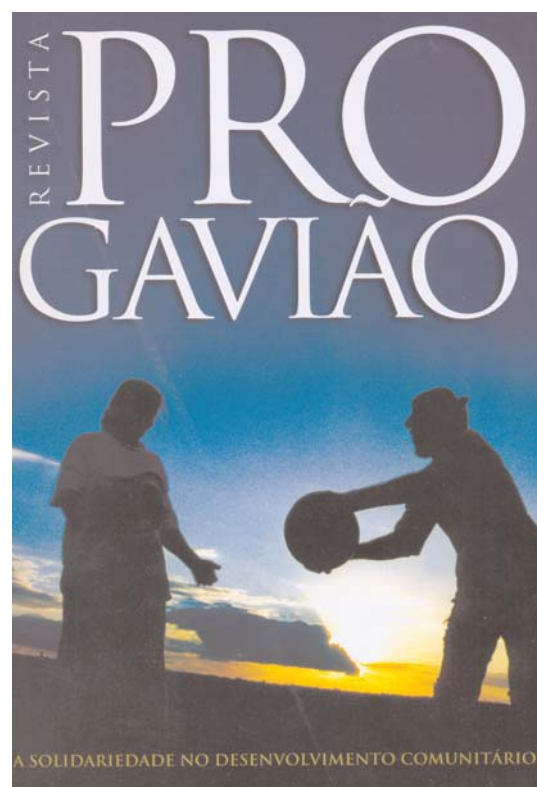
Estes programas são voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres da Bahia e suas implantações e execuções têm como destaque a atuação direta das comunidades, fomentando a cidadania e formando capital social, de forma a estimular o desenvolvimento sustentável, fortalecer a infra-estrutura produtiva da região e apoiar pequenos produtores rurais.

O sucesso desses programas é consequência do princípio da sustentabilidade, que baliza as ações do Governo do Estado, criando as condições de desenvolvimento efetivo das regiões mais pobres da Bahia, através de ações e investimentos que objetivam estimular a atividade produtiva e gerar ocupação e renda.

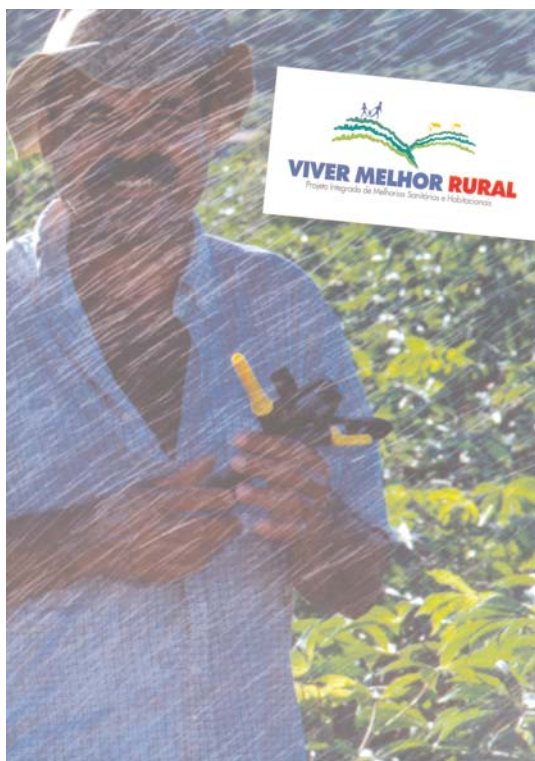
Crescer de forma sustentada, contudo, demanda um planejamento adequado e, mais do que isso, o

conhecimento preciso da realidade sobre a qual se pretende intervir. Essa é a função básica dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRSs desenvolvidos pela CAR, os quais configuram a base para o planejamento regional no Estado, reunindo dados e sistematizando informações que possibilitam estabelecer um diagnóstico pormenorizado de cada região, identificando potencialidades e vocações regionais e definindo proposições que servirão de base para a execução dos programas e projetos.

Com o objetivo de abranger todas as regiões econômicas do Estado, os Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRSs têm como referência um modelo teórico-metodológico próprio, que inclui a elaboração de um perfil regional, a realização de estudos das diversas dimensões de sustentabilidade das regiões (econômico-social,



Publicação do Programa Pró-Gavião



Publicação do Programa Viver Melhor Rural

geoambiental, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional), estudos de subespecialização regional, perfil dos municípios da região, entre outras ferramentas destinadas a traçar um diagnóstico preciso, que permita identificar os projetos estruturantes, produtivos e sociais, necessários para cada região.

Um dos aspectos importantes da metodologia dos PDRs é a participação da sociedade. As comunidades das diversas regiões, constantemente estimuladas a desenvolver o exercício da cidadania, são ouvidas durante o processo de elaboração dos programas – por meio de reuniões temáticas com representantes da sociedade regional, que abordam questões relacionadas às áreas de educação, saúde, transporte, produção, tecnologia e meio ambiente – fornecendo importantes subsídios para a formulação das diversas proposições.

Das 16 regiões econômicas da Bahia, dez já contam com seus Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável, dos quais oito já foram publicados. Em 2005 foram editorados os PDRs do Baixo Médio São Francisco e de Irecê e concluiu-se a elaboração do perfil da região da Serra Geral. Os PDRs, bem como os estudos e as pesquisas realizados, constituem a base do planejamento para os programas executados pela CAR, reunindo o conhecimento técnico do espaço territorial estudado, capaz de subsidiar a definição efetiva dos planos de ação e projetos de desenvolvimento.

Dessa forma, a CAR oferta à sociedade instrumentos de planejamento e desenvolvimento regional calcados em referenciais teórico-metodológicos seguros, que possibilitam, além de uma eficaz programação de investimentos, a ordenação do espaço regional e a conseqüente geração de emprego e renda. A CAR consolida-se, assim, como um agente governamental indutor do desenvolvimento regional, da redução da pobreza rural e da concretização de importantes transformações na realidade dos municípios baianos, alicerçando-se nos princípios da inserção e da sustentabilidade econômica, social e ambiental que norteiam as políticas públicas estaduais.

ESTUDOS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A SEPLAN, através da Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE, tem como atribuição promover estudos voltados para a definição de políticas públicas, estratégias e programas governamentais relacionados ao planejamento do desenvolvimento do Estado. Para tanto, em parceria com outros órgãos públicos ou instituições privadas, elabora ou acompanha a



Prêmio SIM Bahia

elaboração de estudos técnicos voltados para a compreensão da realidade estadual e o apoio à proposição de políticas públicas, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico Bahia 2020 – o futuro a gente faz. Nesse sentido, em 2005, foram realizadas atividades de planejamento que contemplaram estudos, análises, elaboração de termos de referência e assessoramento técnico com vistas à definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Como parte desse trabalho, a pesquisa acerca dos investimentos industriais previstos para a Bahia no período 2000–2003 foi finalizada e apresentou dados analíticos da concretização dos projetos, dos valores investidos e número de empregos gerados, permitindo, dessa forma, o conhecimento do grau de efetivação dos investimentos industriais previstos para o quadriênio. O estudo constitui uma importante contribuição para o avanço na produção de conhecimento da realidade baiana e para o aperfeiçoamento do planejamento governamental, na medida em que provê informações para a realização dos ajustes necessários nas políticas públicas.

Como forma de reconhecimento dos avanços sociais alcançados e estímulo ao aprimoramento da

gestão social dos municípios, foi criado e implementado o Prêmio Selo de Incentivo Municipal da Bahia – SIM, voltado para destacar ações municipais que assegurem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos e contribuam para o desenvolvimento social do Estado. Em sua primeira edição, o prêmio, baseado em critérios de desempenho socioeconômico, certificou 187 municípios como reconhecimento aos avanços sociais. Dos municípios certificados, aptos a participar da fase de premiação, 88 projetos concorreram a prêmios individuais no valor de até R\$ 300 mil, sendo que o valor total do Prêmio SIM foi de R\$ 3 milhões. O número de projetos habilitados revela a boa receptividade dos municípios em relação à certificação e ressalta a importância da iniciativa como instrumento voltado para o aprimoramento da gestão pública.

Outra importante iniciativa, com foco no desenvolvimento local e regional, refere-se à criação do Portal Gestão Municipal Eficiente que, através da rede de comunicação especializada – Rede Governo – e adotando a filosofia de portal eletrônico, disponibiliza serviços, informações e meios de interação para suporte ao planejamento, à gestão municipal e à articulação regional. O Portal é um ambiente G2G government to government, que traz em seu escopo: indicadores e informações econômicas, ambientais e sociais sobre a Bahia e seus municípios; informações sobre repasses do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; informações constantes do SIG Bahia, com interface customizada para municípios; legislação; área para esclarecimento de dúvidas através do projeto Retec Municípios, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI; orientação em temas específicos; links para acesso a sites de outras organizações; informações e serviços para os Conselhos de cada região do projeto Nossa

Região; ações de fortalecimento das estratégias para uma gestão municipal eficiente; publicação de informações; prestação de contas; busca no website, dentre outros.

Embora de acesso público, o conteúdo desse portal é direcionado para dirigentes, técnicos e lideranças municipais, assim entendidos os participantes de quadros de Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios baianos. Com isso, pretende-se melhorar o relacionamento entre a SEPLAN e os gestores municipais, minimizando os custos de distribuição da informação e reduzindo a burocracia dos processos na relação entre municípios e secretarias de Estado. O portal permite, ainda, desenvolver uma cultura colaborativa entre as diversas secretarias do Estado, entre o Governo do Estado e os municípios, assim como entre os municípios, estratégia fundamental para a efetividade dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

A SEPLAN, através da SPE, também atua como Secretária Executiva do convênio assinado em 2004, entre o Governo do Estado da Bahia, a Fundação Odebrecht e a Associação dos Municípios do Baixo Sul – Amubs, visando ao desenvolvimento social da região, com foco na ampliação da cidadania, proteção ao meio ambiente e fortalecimento das cadeias produtivas, tais como as culturas da mandioca, pupunha e a piscicultura.

Tendo em vista a elaboração de estudos para modernização da administração pública brasileira, o Projeto EuroBrasil 2000 é desenvolvido com o apoio de consultoria européia, através do acordo de cooperação técnica entre a Comissão da União Européia e a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O projeto prevê a realização de cursos de capacitação para servidores públicos nas áreas de gestão, planejamento e

orçamento, entre os quais está incluído o curso de Planejamento e Gestão Territorial – objeto de quatro oficinas – que dará suporte à constituição da Rede Brasileira de Planejamento e Gestão Territorial, com a participação de representante do Governo do Estado da Bahia.

A Rede Brasileira de Planejamento e Gestão Territorial objetiva constituir um ambiente favorável para apoio e desenvolvimento de instrumentos governamentais e arranjos institucionais que contribuam para o aperfeiçoamento da cooperação e coordenação federativa. Fixa-se na elaboração de plano de trabalho para subsidiar o acordo de cooperação técnica a ser firmado com o grupo francês Adéfrance. O objetivo do trabalho é identificar o conjunto de medidas e intervenções que permitam o desenvolvimento e gerenciamento da macrorregião de Salvador nos seus aspectos estruturantes, com ênfase nas suas articulações e funções estratégicas.

Voltada para a articulação das prioridades definidas pelo Plano Estratégico da Bahia e com a perspectiva de aumentar a eficiência e a efetividade das políticas públicas, através da multiplicação, em rede, de experiências e ações prioritárias do planejamento estadual, foi criada e entrou em operação, em julho de 2005, a Rede Planejamento da Bahia, utilizando a base física da Rede de Educação Estadual. Trata-se de uma ação embasada na idéia de ações orientadas por uma perspectiva regional, respeitando as especificidades locais, através do fortalecimento do planejamento participativo e do compartilhamento, colaboração e articulação entre instâncias governamentais, empresariado e sociedade civil organizada. Sua implementação impulsionou as primeiras discussões sobre a descentralização do planejamento e ampliou, para seis regiões do Estado, as discussões sobre planejamento

orçamentário, gestão pública, meio ambiente, logística de transportes, implantação de Conselhos Regionais e temas prioritários para a inclusão social da população do Estado da Bahia.

Foram realizadas, no exercício, a partir da Rede Planejamento da Bahia, cinco videoconferências, com participação das regiões: Metropolitana, Norte, Litoral Norte, Baixo Sul, Extremo Sul, Oeste, Nordeste e Chapada Diamantina, abordando as seguintes temáticas:

- A Descentralização do Planejamento e o Projeto Nossa Região (SEPLAN);
- PPA Municipal e o Plano Estadual de Logística de Transporte (SEPLAN e SEINFRA);
- Estratégias para uma Gestão Municipal Eficiente e a Convenção Estadual do Meio Ambiente (SEPLAN e SEMARH);
- Gestão Municipal: Planejamento, Controle Interno e Responsabilidade Fiscal (SEPLAN, SEFAZ e TCM); e os
- Conselhos Regionais: Planejamento, Organização e Formas de Operação (SEPLAN).

Também em 2005, através do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, do Ministério da Integração Nacional – MI, cujo objetivo é fortalecer a base socioeconômica regional, foram iniciadas as ações da Mesoxingó, posteriormente dividida em duas mesorregiões diferenciadas: a primeira tem como centro de referência o município de Paulo Afonso, e a segunda, o município de Ribeira do Pombal. As ações na área de Paulo Afonso foram centradas na piscicultura da tilápia, atividade priorizada pelo Governo da Bahia, sendo o arranjo local conduzido com participação da Bahiapescas, Universidade

Estadual do Estado da Bahia – Uneb e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI. A perspectiva do programa é de amplo crescimento com forte conexão com os mercados de consumo e de trabalho.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE no Estado da Bahia segue o caráter e a dinâmica instrumental prospectiva para o planejamento do desenvolvimento territorial integrado. Consubstancia o enfoque territorial e participativo, incute a sintonia inovadora em planejamento de que as questões se resolvem por uma lógica que não é necessariamente de confronto, mas de acomodação para a sobrevivência. Tem por finalidade equacionar as dinâmicas da socioeconomia, a sustentabilidade e a proteção dos recursos ambientais, garantindo a otimização do uso do território na formulação de políticas públicas a serem legitimadas através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Espera-se que o ZEE seja norteador do setor produtivo e de suas representações, permitindo a agilidade dos processos de análise de licenciamento ambiental, a interdisciplinaridade e a articulação institucional.

Em 2005, a SEPLAN e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH instituíram os Grupos de Trabalho, com foco no oeste e no litoral do Estado, sendo a região litorânea dividida em duas áreas: Litoral Norte e Extremo Sul. O trabalho destes grupos deve subsidiar as decisões da Comissão Especial de ZEE, além de sinalizar as possibilidades de desenvolvimento econômico do Estado, utilizando adequadamente o ambiente natural e garantindo sua reprodução para as futuras gerações. A opção de concentração nessas duas frentes foi favorecida pela capacidade instalada existente, ou seja, o zoneamento agroeconômico recente do Oeste, onde se configura, de forma singular, o território rural, com reflexos que se

diferenciam nas demandas urbanas; e o contexto de inversões sobre o Litoral Norte e a dinâmica do complexo da celulose, que ensejou, no Extremo Sul, trabalhos de espacialidade.

O Quadro 4 apresenta outros estudos desenvolvidos no âmbito do planejamento estadual.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2005, paralelamente à elaboração dos documentos constitucionais, a SEPLAN, através da Superintendência de Orçamento Público – SPO, se lançou de forma mais agressiva e inovadora a projetos que, além de contribuírem para novas e significativas aprendizagens, envolvendo todos os agentes sociais presentes nesses diversos empreendimentos, vem servindo, também, para revitalizar a gestão do planejamento e orçamento públicos.

Representativos exemplos dessa inovação são os projetos "Orçamento Cidadão" e "Construindo um PPA Municipal", além da criação do Grupo de Gestores de Planejamento e Orçamento dos Estados Subnacionais – Gepor.

Orçamento Cidadão

O Projeto Orçamento Cidadão se constitui em uma experiência pioneira e bem-sucedida no que diz respeito a uma comunicação direta entre o Governo e a sociedade. Desenvolvido entre 2004 e 2005, através de um processo ágil e sistemático de consulta, o projeto agregou tecnologia de ponta ao reconhecido repertório técnico do planejamento baiano, obtendo, em seu primeiro ano, uma gratificante receptividade da população, que contribuiu com mais de 12 mil solicitações e sugestões. É importante registrar que esta iniciativa



Renata Carvalho

Orçamento Cidadão

teve caráter consultivo, mas possibilitou incorporar ao orçamento de 2006 os pleitos que atenderam a quatro condicionantes: disponibilidade de recursos, escala de prioridades, viabilidade técnica e compatibilidade com as atribuições legais do poder público estadual. De um total de R\$ 3,5 bilhões previstos para investimentos em 2006, cerca de R\$ 1,4 bilhão, ou seja, 41% contemplam pleitos do Orçamento Cidadão.

Os resultados alcançados no ano de implantação autorizam a concluir que o Orçamento Cidadão introduziu no planejamento baiano um modelo inédito e replicável, agregando à vontade política o conhecimento técnico e a utilização de tecnologias conectivas de ponta.

O Orçamento Cidadão foi estruturado através dos seguintes princípios:

- Ampliar o grau de transparência da gestão e, conseqüentemente, a credibilidade das ações do poder público, mediante uma exposição ao público de um dos seus principais instrumentos gerenciais – o orçamento;
- Aproximar a comunidade do Governo, mediante o exercício do papel educativo deste, tornando a ação governamental mais acessível e compreensível ao cidadão comum;

Quadro 4**ESTUDOS E PUBLICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

BAHIA, 2005

ESTUDO/ATIVIDADE	CONTEÚDO
Investimentos Industriais na Bahia – análise ex-post dos projetos previstos para período 2000–2003	Pesquisa sobre a situação atual dos investimentos industriais previstos para a Bahia no período 2000–2003, publicada na Série Políticas Públicas nº8 (Conclusão)
Investimentos Industriais Previstos Para 2005–2008	Objetiva analisar os rebatimentos espaciais/setoriais dos investimentos anunciados para o período, com vistas a mapear as perspectivas de crescimento industrial do Estado nos próximos anos e subsidiar a formulação de políticas públicas. Já concluída a etapa de levantamento e sistematização dos dados e iniciada a etapa de análise e redação
Seis Estratégias para uma Gestão Municipal Eficiente: Um Compromisso com as Metas do Milênio	Guia voltado para orientação dos municípios baianos, de forma a alcançarem uma gestão social e fiscalmente responsável, em conformidade com a legislação vigente e em sintonia com os desafios da administração pública. Trabalha seis áreas estratégicas para proporcionar maior retorno social das ações municipais e elevar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: gestão responsável, geração de renda, segurança alimentar, educação, saúde e meio ambiente e desenvolvimento urbano
Alternativas para o Desenvolvimento de Micro e Pequenos Empreendedores na Bahia	Elaboração do termo de referência para realização de estudo visando à indicação de políticas que busquem atenuar entraves e identificar oportunidades de mercado para micro e pequenas empresas na Bahia, fortalecendo-as e ampliando, assim, seus elos com empreendimentos de maior porte
Plano de Desenvolvimento da Macrorregião de Salvador	Elaboração de plano de trabalho e visitas técnicas que orientam o desenvolvimento do Estudo da Macrorregião de Salvador, desenvolvido em cooperação técnica com o grupo francês <i>Adéfrance</i> , cujo objetivo geral é identificar o conjunto de medidas e intervenções que permitam o desenvolvimento e gerenciamento local nos seus aspectos estruturantes, com ênfase nas articulações e funções estratégicas
Políticas Regionais de Desenvolvimento e Gestão	Estudo de alternativas de gestão regional para o Estado da Bahia e a busca de parcerias para sua realização, através da elaboração de plano de trabalho para subsidiar o acordo de cooperação técnica a ser firmado com o grupo francês <i>Adéfrance</i> , com larga experiência em gestão regional; gestões e plano de trabalho para inclusão no Projeto Educação Bahia, da Secretaria de Educação com financiamento do Banco Mundial
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	Análise e preparação de propostas de interesse do Governo do Estado, abordando questões relacionadas à efetividade na utilização dos recursos, além das prioridades para aplicação dos recursos do Fundo em 2006
Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial	Acompanhamento e participação em missões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, envolvendo as discussões e elaboração do Marco Lógico do Projeto coordenado pela SECTI

continua

conclusão do Quadro 4

ESTUDO/ATIVIDADE	CONTEÚDO
Rede Arranjos Produtivos Locais – APL	A SEPLAN tem participado da Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado da Bahia, coordenada pela SECTI, cujo objetivo é promover uma maior articulação entre os diversos atores que realizam atividades em APL, visando o desenvolvimento de ações conjuntas que garantam "foco" e efetividade na seleção e nas ações de suporte aos setores considerados estratégicos

Fonte: SEPLAN/SPE

- Ampliar a visibilidade do orçamento público, contribuindo para reverter a imagem usualmente associada a este instrumento gerencial – de peça obscura, complexa e inacessível – para a de um mecanismo facilitador da interação entre Governo e sociedade; e
- Ampliar a legitimidade e a qualificação do planejamento estadual, atualizando-o em relação às tendências e tecnologias contemporâneas, diversificando as fontes de informação e incorporando as contribuições do seu principal beneficiário – o cidadão – aos conteúdos dos estudos e análises dos planejadores e gestores estaduais, obtendo, assim, uma maior sintonia com as necessidades reais da sociedade.

Todas as proposições foram incorporadas ao Banco de Idéias do Estado, criado no âmbito da SPO para subsidiar o planejamento governamental, cabendo ao Governo avaliá-las de forma a serem inseridas não só na proposta orçamentária de 2006 mas também para servirem de insumo aos orçamentos subseqüentes.

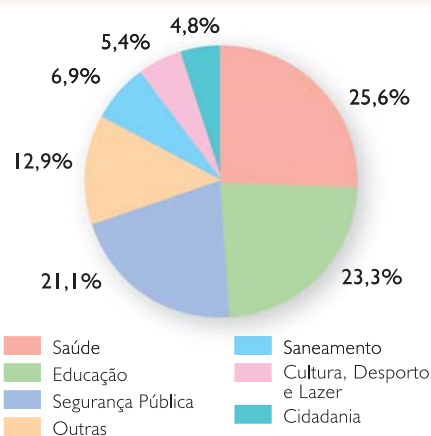
Dos 417 municípios baianos, 266 participaram do projeto, totalizando um público de 3.673 cidadãos baianos, que formularam 12.354 pleitos/sugestões para o Orçamento Cidadão. O exame segmentado

dos resultados evidenciou uma decisiva confluência das necessidades e aspirações da população para as áreas de saúde, educação e segurança pública, que, agregadas, concentraram 70% das demandas e sugestões, seguidas pelas áreas de saneamento, cultura, desporto e lazer e cidadania, conforme ilustrado no Gráfico 1.

O Orçamento Cidadão terá suas ações ampliadas em 2006, quando será utilizada a estrutura que integra os infocentros que a administração estadual

Gráfico 1

**DEMANDAS DO ORÇAMENTO CIDADÃO
BAHIA, 2005**



Fonte: SEPLAN/SPO

está implantando no interior do Estado, facilitando ainda mais o acesso da população à consulta do orçamento, ampliando a sua capilaridade e efetividade. O projeto prevê, também, a utilização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que deverão se constituir em mais um elo agregador às ações do Orçamento Cidadão, atuando como agentes mobilizadores regionais, divulgando e sensibilizando a população, contribuindo para a compatibilização dos pleitos com as necessidades evidenciadas. A esta iniciativa, que favorecerá a sustentabilidade do projeto, deve-se somar o aprimoramento do site do projeto, viabilizando o crescimento da escala de participação da população nos próximos exercícios.

Embora seja prematuro mensurar a dimensão política inerente ao Orçamento Cidadão, não resta dúvida de que ele fez avançar uma página construtiva na governança do Estado, a partir da sensibilidade dos planejadores ao tempo certo de ousar, buscando sintonia com a modernização e com os novos paradigmas estabelecidos na relação Estado-sociedade, convicto de que este é o caminho para o crescimento moderno e sustentável do Estado.

Construindo um PPA Municipal

Outra importante iniciativa no ano de 2005 refere-se ao projeto "Construindo um PPA Municipal", que é resultado de uma proposta de cooperação técnica deflagrada pela União e atendida pelo Governo do Estado da Bahia, através da SEPLAN, em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, e executada pela SPO. Sua finalidade precípua foi assessorar os gestores municipais, fornecendo informações básicas para a construção do PPA 2006–2009.

Nessa perspectiva, foi elaborado um módulo de treinamento para capacitar as equipes de multiplicadores formadas por seis técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, vinculada à SEPLAN, e seis do TCM, realizando 13 oficinas de trabalho, em sedes regionais do TCM, que capacitaram 261 gestores municipais, numa vasta abrangência espacial para elaboração do PPA. Esse esforço pioneiro buscou promover, de forma simples e objetiva, a qualificação mínima de equipes locais, fornecendo subsídios na elaboração e sistematização dos seus programas de trabalho.

O conteúdo trabalhado tomou como referência o documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, intitulado "A Elaboração do Passo-a-Passo do PPA para os Municípios". Entretanto, para aproximar o treinamento da realidade do Estado da Bahia, a SPO elaborou um módulo específico e didático – disponibilizado no site da SEPLAN –, facilitando a assimilação e a aprendizagem dos treinandos, com foco nos seguintes tópicos: abordagem geral do PPA; estimativa de receita para o PPA dos municípios; projeção das despesas e do saldo para investimentos e ações continuadas; matriz programática; e o modelo simplificado de cadastro de programa.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O aprimoramento dos procedimentos de Monitoramento e Avaliação – M&A das ações governamentais é um pré-requisito fundamental para o aperfeiçoamento do processo decisório e para a retroalimentação do processo de planejamento, possibilitando uma melhor alocação dos escassos recursos públicos e uma maior eficiência, eficácia e efetividade nas realizações governamentais.

Nesta perspectiva, a Secretaria do Planejamento, através da Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA, vem executando quatro estratégias: Formação, Informação, Articulação/Comunicação e Planejamento, que se complementam e vêm gerando um conjunto diversificado de processos e produtos. A expectativa é que a efetivação das quatro estratégias possa melhorar a qualidade da programação, execução, monitoramento e avaliação das ações governamentais, possibilitando uma maior racionalização no ciclo de gestão do Estado.

Formação – Essa estratégia foi implementada em 2005 mediante a realização de oficinas, seminários, dentre outros eventos, visando sensibilizar e capacitar servidores estaduais para atuarem em M&A de programas e projetos governamentais.

Numa parceria com a Universidade Salvador – Unifacs, foram capacitados 42 profissionais de diversas instituições públicas estaduais, através de uma Oficina de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Governamentais, sendo apresentados e aplicados os conceitos e etapas necessários para planejar, executar e manter sistemas e procedimentos de M&A.

Outras atividades foram desenvolvidas objetivando demonstrar a importância do M&A como ferramenta de gestão de programas e projetos governamentais, focada em resultados, a exemplo da divulgação de algumas experiências em áreas específicas, como desenvolvimento urbano e segurança pública, e da utilização de indicadores como ferramenta de avaliação.

Foram elaborados o Manual de Acompanhamento e o Manual do Relatório de Atividades 2005, ambos disponibilizados no site da SEPLAN – www.seplan.ba.gov.br, que se apresentam como

instrumentos importantes de orientação e padronização das práticas de monitoramento por parte das secretarias estaduais.

O Manual de Acompanhamento, que apresenta a operacionalização do módulo de acompanhamento do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan e do acompanhamento gerencial, foi revisto e ampliado, apresentando, dentre outras inovações, as funcionalidades do monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2004–2007 e das metas gerenciais, disponibilizadas no Siplan.

Considerando-se a importância e a complexidade da construção do Relatório de Atividades, do incremento verificado nas realizações governamentais e do envolvimento de todas as secretarias estaduais no trabalho, tornou-se indispensável uma definição mais criteriosa das normas e procedimentos descritos no Manual do Relatório de Atividades 2005, bem como de uma discussão mais ampla nas reuniões realizadas com todas as secretarias e seccionais envolvidas com o documento.

Informação – Tem por objetivo produzir, analisar e veicular informações confiáveis e tempestivas para subsidiar a tomada de decisão, a correção de procedimentos e a retroalimentação do processo de planejamento.

Em 2005, a SGA organizou e disponibilizou um conjunto de informações das diversas realizações governamentais, conforme demonstrado no Quadro 5 e nos Anexos de I a V.

Articulação/Comunicação – Em 2005, essa estratégia foi implementada através de um trabalho em parceria com cinco secretarias estaduais, visando aperfeiçoar o formato e o fluxo das informações das

Quadro 5

RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES – M&A BAHIA, 2005		
TIPO	FINALIDADE	CONTEÚDO
Relatório Gerencial (mensal e trimestral)	Analisar a execução física e financeira das realizações governamentais ao longo do exercício de 2005	Áreas Temáticas e Projetos Especiais Educação, Saúde, Saneamento, Habitação, Prevenção e Controle Criminal, Peti, Mãos à Obra, +Vida, Cabra Forte, Flores da Bahia, Produzir, Pró-Gavião, Crédito Fundiário, Terra Fértil, PGRH – Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Próágua, Prodetur e PCR II – Programa Corredores Rodoviários
		Fontes de Recursos Próprias do Tesouro por Secretaria, Fundo Estadual de Saúde, Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, Fundo de Investimento Econômico e Social – Fies/BA, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, <i>Royalties</i> , Operações de Crédito Externas e Operações de Crédito Internas
		Áreas Consolidadas Obras Iniciadas por Município, PPA – Plano Plurianual, Investimento das Funções do Governo do Estado e por Eixo de Desenvolvimento
Relatório de Atividades 2004	Apresentar as realizações governamentais do exercício	Elenco das intervenções do Governo do Estado de natureza social, econômica, ambiental, espacial e de gestão, bem como dos seus produtos, resultados e impactos
Bahia Dois Anos em Revista 2003–2004	Demonstrar uma síntese das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado no período	Extrato das intervenções governamentais nas áreas de economia, inclusão social, ação social e cidadania, infraestrutura e gestão ambiental e dos recursos hídricos

Fonte: SEPLAN/SGA

ações do Governo nas áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Urbano e Rural e Combate à Pobreza, cujos produtos serão utilizados como insumos para a construção dos Relatórios Gerenciais e do Relatório de Atividades. O conteúdo do trabalho, de caráter participativo, inclui diagnósticos da situação do monitoramento nos órgãos, a elaboração consensual de instrumentos e procedimentos de coleta, organização e

análise de dados, desenho de um sistema de monitoramento, além de oficinas com as instituições envolvidas.

Em 2005, foi dada consultoria a cinco secretarias, que resultou na construção das matrizes lógicas, onde estão explicitados os objetivos, atividades, produtos, resultados e impactos, com a definição dos respectivos indicadores para cada secretaria.

Planejamento – Definida no Programa de Monitoramento e Avaliação, essa estratégia visa estimular boas práticas de planejamento focadas em resultado. Em 2005, a SEPLAN concluiu, com o apoio da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem, uma sistemática de M&A para programas e projetos estratégicos de governo. A sistemática construída é uma das ferramentas do Programa de M&A e teve como finalidade a produção e teste de metodologias e instrumentos capazes de medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais, estando sua publicação e disseminação previstas para 2006.

Um dos passos mais importantes para a utilização dessa sistemática é a elaboração do Modelo Lógico de Gestão do Programa – MLGP, instrumento visual e sistêmico de apresentação e compartilhamento de informações sobre o funcionamento real de uma intervenção governamental. O MLGP simplifica e explica as principais relações entre as atividades planejadas e os resultados esperados, aparecendo, de forma clara, as premissas, os objetivos e os conceitos que norteiam as ações dos gestores de um programa. Em geral, a modelagem lógica aumenta a função participativa e a utilidade da avaliação como ferramenta de gestão e aprendizagem.

O Modelo Lógico oferece ainda aos participantes um mapa dos caminhos a serem perseguidos, subsidiando a tomada de decisão para o aperfeiçoamento do programa ou do projeto ao longo de sua execução. A representação gráfica permite visualizar e compreender como os investimentos realizados na geração de produtos (bens ou serviços) podem contribuir para alcançar os objetivos planejados, servindo de base para a criação de procedimentos e processos de monitoramento e avaliação.

A ferramenta da sistemática de avaliação está sendo testada no Programa Cabra Forte, cujo modelo lógico de gestão encontra-se no Anexo VI, e deverá ser proposta e disseminada para uso por todos os órgãos do sistema estadual.

Registre-se que o Modelo Lógico de Gestão foi apresentado em diversos fóruns, a exemplo do seminário realizado em Juazeiro para uma platéia de mais de 600 pessoas, oficinas envolvendo todos os integrantes do programa e do seminário promovido pelo Tribunal de Contas do Estado. Pela importância que tem para a implementação da avaliação, a construção do Modelo Lógico está sendo aplicada em outras ações governamentais, como o Programa Jovens Baianos.

Ainda na área de planejamento, a SGA vem desenvolvendo e aplicando uma metodologia, em parceria com as secretarias estaduais, visando monitorar e avaliar o PPA 2004–2007 do ponto de vista físico, financeiro e espacial, com ênfase na identificação dos resultados alcançados a partir da análise dos indicadores estabelecidos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 2005, com recursos de US\$ 349 mil doados pelo Global Environment Facility – GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente – do Banco Mundial, foi concluída a elaboração do projeto denominado "Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga", um esforço conjunto de técnicos dos governos da Bahia e do Ceará. O projeto tem como objetivo contribuir para a preservação, conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do bioma caatinga nos dois Estados, e suas ações se desenvolverão em áreas de caatinga previamente



selecionadas, no sentido de serem representativas das principais características do bioma. O projeto foi aprovado pela Secretaria de Assuntos Internacionais – Seain, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e encaminhado ao Banco Mundial para análise final. A implementação tem duração prevista de quatro anos e envolverá a aplicação de US\$ 10 milhões doados pelo GEF.

Outro importante projeto é resultado da parceria entre a Bahia e a Espanha, que conta com recursos de cerca de 300 mil euros, obtidos pelo Governo do Estado junto ao Governo Espanhol através das Linhas de Financiamento de Estudos de Viabilidade – FEV, instrumento gerenciado pelo Ministério da Economia da Espanha.

Através do projeto será realizado um estudo de viabilidade para implantação de plataforma logística multimodal de transporte na cidade de Juazeiro. O estudo, financiado com recursos doados através do FEV, será realizado por empresas espanholas, já selecionadas pelo Governo da Bahia através de licitação. A proposta vencedora foi a do consórcio capitaneado pela empresa Strategy Planning Implementation Management – SPIM, com experiência em planejamento, implantação e gestão de equipamentos logísticos na Espanha, Portugal e Ásia. O prazo previsto para a conclusão do estudo é de seis meses.

No âmbito do acordo de cooperação técnica assinado entre o Governo do Estado, através da SEPLAN, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, e a Fundação Luís Eduardo Magalhães, foi realizado em dezembro de 2005 o Seminário "Indústrias Criativas: a Cultura no Século XXI", com o objetivo de ampliar o debate em torno do desenvolvimento da economia criativa no mundo, particularmente na Bahia, tendo em vista o fato de o Estado ter sido indicado para sediar o Centro Internacional de Economia Criativa – Ciec, uma iniciativa da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – Unctad. O acordo tem como finalidade promover ações voltadas para o desenvolvimento do Estado, no âmbito de atuação da Unesco.

Em prosseguimento às atividades do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Governo do Estado da Bahia – através das Secretarias do Planejamento e de Infra-Estrutura – a Fundação Luís Eduardo Magalhães e a Adéfrance – Groupement des Aménageurs et Développeurs en France, visando ao

intercâmbio de conhecimento especializado e experiências inovadoras em planos de desenvolvimento regional e urbano e em elementos da infra-estrutura de transportes, estão em andamento os preparativos para o desenvolvimento de estudos e projetos considerados prioritários: Projeto de Equipamento Logístico em Feira de Santana, Projeto Porto-Cidade, Projeto da Logística como Fator de Desenvolvimento Regional, e o Projeto Institucional de Gestão Regional.

SISTEMAS INFORMATIZADOS

Modernização do Siplan

As informações associadas à programação orçamentária do Estado são extraídas de dois sistemas corporativos: o Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof. Em 2005, uma nova funcionalidade denominada meta gerencial foi implementada no Siplan, visando ao aprimoramento do monitoramento dos projetos especiais e das áreas temáticas, possibilitando uma maior velocidade no processamento das informações qualitativas e quantitativas. Uma outra funcionalidade concebida e utilizada no âmbito do Siplan, em 2005, foi o módulo de monitoramento da execução do PPA, que permite, de maneira automatizada e tomando por referência as informações decorrentes da programação de governo, monitorar o PPA do ponto de vista físico, financeiro e espacial.

Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças – SGPF

O Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças – SGPF, projeto conjunto da SEPLAN e Secretaria da Fazenda – SEFAZ, iniciou suas atividades em agosto de 2004 e, durante o ano de 2005, foram

iniciados os trabalhos de desenvolvimento dos módulos de receita, planejamento, execução orçamentária e financeira, monitoramento e contabilidade.

Nos segmentos de planejamento, receita e monitoramento, a cargo da SEPLAN, as especificações foram pautadas nos princípios de flexibilidade, responsabilização, controle e programação continuada, de modo a fornecer à administração estadual ferramentas capazes de prover informações operacionais e gerenciais em tempo real.

Dentre as facilidades a serem proporcionadas, destacam-se as seguintes, já desenvolvidas:

- Absorção de sugestões oriundas de consultas públicas, a exemplo do Orçamento Cidadão, com identificação da origem da proposição nos instrumentos oficiais de planejamento;
- Adoção de um menor nível de programação de caráter continuado, independentemente dos prazos associados aos instrumentos legais, permitindo o exercício contínuo do planejamento;
- Estabelecimento de metodologias para estimativa e reestimativa de receitas públicas, até o nível de subfonte, com controle automático de suas destinações; e a
- Inclusão de um cadastro dinâmico de indicadores, permitindo a projeção de cenários de planejamento, monitoramento de ações governamentais, cálculos de valores de contratos, convênios, serviços da dívida, dentre outros.

Além dessas facilidades, o sistema contará com uma infra-estrutura tecnológica moderna, bem como permitirá um conjunto de integrações com outras aplicações utilizadas no Estado, evitando redundâncias de dados e procedimentos, gerando ganhos em eficiência.

SIG BAHIA – Sistema de Informações Gerenciais

Em 2005 foi concluída a migração do SIG Bahia para o ambiente web, facilitando e agilizando ainda mais o acesso às informações estratégicas e gerenciais, uma vez que esta tecnologia dispensa a necessidade de atualização das versões do sistema. Desta forma, os gestores públicos podem, através de qualquer computador conectado à internet e mediante informação de login e senha, navegar por diversos assuntos de interesse da administração pública estadual.

Ao longo do ano, de forma a garantir a pertinência das informações frente ao contexto atual de desenvolvimento do Estado da Bahia, os dados do SIG Bahia são periodicamente avaliados e atualizados.

Existe um trabalho contínuo de parceria com cada secretaria para que o sistema retrate o Estado da forma mais realista possível. Como resultado deste trabalho, em 2005, o SIG Bahia registrou 3.465 acessos, sendo mais de dois mil via web e 1.460 através da versão Cliente X Servidor. O maior número de consultas originou-se da Secretaria de Governo – SEGOV, seguido pela SECOMP e SEPLAN.

Ainda no âmbito da coordenação do SIG Bahia, vem se consolidando um trabalho de administração de dados da SEPLAN. Destaca-se a participação do grupo AD-SEPLAN na construção do modelo de dados corporativos do Estado, além do acompanhamento e homologação da estrutura de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Finanças – SGPF, o qual irá substituir o Siplan e o Sicof.



Anexo I

**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DAS FUNÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO
BAHIA, 2005**

FUNÇÃO (*)	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)			PARTICIPAÇÃO (%)
	FONTE DE RECURSOS		TOTAL (**)	
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Saúde	396.614	306.343	702.957	28,1
Educação	323.619	13.940	337.559	13,5
Administração	163.846	16.474	180.320	7,2
Transporte	173.592	4.868	178.460	7,1
Agricultura	168.341	3.781	172.122	6,9
Saneamento	126.201	0	126.201	5,0
Habitação	117.440	0	117.440	4,7
Energia	114.656	0	114.656	4,6
Gestão Ambiental	75.720	4.089	79.809	3,2
Indústria	67.151	1.809	68.960	2,8
Segurança Pública	67.496	48	67.544	2,7
Direitos da Cidadania	57.719	0	57.719	2,3
Assistência Social	55.681	1.058	56.739	2,3
Urbanismo	50.355	5.140	55.495	2,2
Trabalho	51.208	0	51.208	2,0
Ciência e Tecnologia	37.850	4.125	41.975	1,7
Cultura	28.751	8.324	37.075	1,5
Comércio e Serviços	30.098	2.851	32.949	1,3
Desporto e Lazer	10.855	1.061	11.916	0,5
Organização Agrária	5.226	1.020	6.246	0,2
Comunicações	2.670	0	2.670	0,1
Essencial à Justiça	264	0	264	0,0
TOTAL	2.125.353	374.931	2.500.284	100,0

Fonte: SEFAZ/ICF

(*) Ordenação orçamentária da despesa de acordo com a finalidade da secretaria. Algumas ações de temas transversais, a exemplo de saneamento, habitação, trabalho, dentre outras, estão contabilizadas em funções diversas.

(**) Não inclui as despesas de pessoal e custeio.

Anexo II

PPA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

BAHIA, 2005

ESTRATÉGIA/LINHA DE INTERVENÇÃO/PROGRAMA	PPA	RECURSOS APLICADOS		EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	2004/2007 (A)	(R\$ 1.000,00) ATÉ 2005 (B)	2005 (C)	PPA (%) (B/A)	
BAHIA DE TODA GENTE	7.380.769	2.973.756	1.651.116	40,3	66,0
Assistência Social	529.016	194.062	102.148	36,7	4,1
Bahia Urgente: Políticas Assistenciais, Compensatórias e Emergenciais	529.016	194.062	102.148	36,7	4,1
Qualidade de Vida e Promoção da Cidadania	6.074.242	2.595.001	1.453.376	42,7	58,1
Educação para Todos: Universalização da Educação Básica	1.112.667	343.168	197.660	30,8	7,9
Mais Saúde: Universalização e Qualidade dos Serviços de Saúde	1.922.161	1.067.484	604.747	55,5	24,2
Saneamento é Vida: Ampliação e Qualidade dos Serviços	1.180.378	357.273	207.876	30,3	8,3
Energia e Comunicação para Todos	249.868	144.012	113.604	57,6	4,5
Viver Melhor: Acesso e Melhoria Habitacional Urbana e Rural	831.978	367.992	164.559	44,2	6,6
Bahia Igual para Todos: Acesso à Justiça e Cidadania	15.282	5.089	2.897	33,3	0,1
Educação Nota 10: Qualidade da Educação	698.464	264.758	131.204	37,9	5,2
Dinamização da Cultura e Difusão do Esporte e Lazer	63.444	45.225	30.829	71,3	1,2
Amparo e Defesa do Cidadão	777.511	184.693	95.592	23,8	3,8
Bahia Alerta: Defesa Civil	30.197	2.907	1.496	9,6	0,1
Bahia em Paz: Prevenção e Combate à Criminalidade	691.224	164.260	84.023	23,8	3,4
Humanização do Trânsito	56.090	17.526	10.073	31,2	0,4
BAHIA QUE FAZ	3.279.094	965.704	431.481	29,5	17,3
Internacionalização da Bahia	248.169	19.019	9.560	7,7	0,4
Fluxo de Bens e Serviços e Fortalecimento das Empresas e Produtos	248.169	19.019	9.560	7,7	0,4
Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico	923.952	417.024	186.874	45,1	7,5
Cadeias Produtivas	667.990	330.664	139.514	49,5	5,6
Ciência, Tecnologia e Inovação	255.962	86.360	47.360	33,7	1,9
Inclusão Socioeconômica	1.429.579	509.336	231.985	35,6	9,3
Gerando Negócios: Apoio ao Trabalhador e a Micro, Pequeno e Médio Empreendimentos	969.282	366.002	168.632	37,8	6,7
Frutos da Terra: Agroinvestimentos	243.173	114.558	47.415	47,1	1,9
Terra para Plantar: Reforma Agrária	93.769	9.666	6.246	10,3	0,2
Organizando a Produção: Produtividade e Competitividade	123.355	19.110	9.692	15,5	0,4
Atração e Fomento Empresarial	677.394	20.325	3.062	3,0	0,1
Atrativos do Desenvolvimento: Políticas de Incentivo e Atração de Investimentos	677.394	20.325	3.062	3,0	0,1
RIQUEZAS DA BOA TERRA	534.749	74.485	39.354	13,9	1,6

continua

conclusão do Anexo II

ESTRATÉGIA/LINHA DE INTERVENÇÃO/PROGRAMA	PPA 2004/2007	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)		EXECUÇÃO PPA (%)	PARTICIPAÇÃO 2005 (%)
	(A)	ATÉ 2005 (B)	2005 (C)	(B/A)	
Recuperação dos Recursos Degradados	44.430	773	354	1,7	-
Reviver Nossas Águas e Renascer Nossa Terra: Recursos Naturais	44.430	773	354	1,7	-
Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais	478.524	72.033	37.902	15,1	1,5
De Olho na Natureza: Gestão dos Recursos Ambientais, Fomento a Tecnologias Limpas, Normatização e Procedimentos	359.342	36.805	16.689	10,2	0,7
Preservando Nossa História: Patrimônio Histórico e Cultural	119.182	35.228	21.213	29,6	0,8
Educação Ambiental	11.795	1.679	1.098	14,2	0,0
Consciência Ambiental	11.795	1.679	1.098	14,2	0,0
CAMINHOS DA BAHIA: INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.503.038	276.511	171.110	18,4	6,8
Articulação Logística Interna e em Escala Internacional	974.508	276.511	171.110	28,4	6,8
Portas da Bahia: Fortalecimento de Portos, Retroportos e Aeroportos	8.072	-	-	-	-
Construindo Caminhos: a Intermodalidade	966.436	276.511	171.110	28,6	6,8
Reestruturação da Matriz Energética	528.530	-	-	-	-
Diversificação e Articulação da Matriz Energética	528.530	-	-	-	-
GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE	973.209	399.703	207.223	41,1	8,3
Gestão Compartilhada	274.080	118.155	44.557	43,1	1,8
Avaliação Constante: Um Monitoramento de Qualidade	22.506	6.422	2.770	28,5	0,1
Promoção de Parcerias: Compromisso de Todos	62.443	23.146	13.652	37,1	0,5
Modelos de Gestão Pública: Descentralização e Fomento à Capacidade Local de Gestão	189.131	88.587	28.135	46,8	1,1
Qualidade na Prestação dos Serviços Públicos	520.501	204.588	120.256	39,3	4,8
Atendimento ao Cidadão: Foco na Qualidade	149.566	53.890	27.768	36,0	1,1
Regulação de Serviços Públicos	23.822	48.063	40.855	201,8	1,6
Modernização e Ampliação dos Serviços Públicos	334.605	102.000	51.369	30,5	2,1
Advocacia do Estado	12.508	635	264	5,1	-
Qualificação e Valorização do Servidor	54.513	10.813	7.455	19,8	0,3
Formação, Profissionalização e Atendimento ao Servidor	54.513	10.813	7.455	19,8	0,3
Produção de Informação e Conhecimento	103.697	63.346	33.061	61,1	1,3
Produzindo Conhecimento	103.697	63.346	33.061	61,1	1,3
Planejamento e Articulação do Desenvolvimento	20.418	2.801	1.894	13,7	0,1
Desenvolvimento Regional	20.418	2.801	1.894	13,7	0,1
TOTAL	13.670.859	4.690.159	2.500.284	34,3	100,0

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF

*Anexo III***FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**
BAHIA, 2005

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO (%)
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO		
À SAÚDE	953.777	94,2
Atenção Hospitalar e Ambulatorial	181.522	17,9
Expansão e Melhoria da Rede Física	44.987	4,4
Atenção Básica à Saúde	33.403	3,3
Aparelhamento das Unidades	33.009	3,3
Educação Permanente em Saúde	12.073	1,2
Gestão do Sistema Estadual de Saúde	4.583	0,5
Vigilância e Proteção à Saúde	2.861	0,3
Controle e Qualidade do Sangue	1.400	0,1
Assistência Farmacêutica	1.293	0,1
Projeto Salvar	160	0,0
Manutenção da Rede (pessoal e custeio)	638.486	63,1
SANEAMENTO BÁSICO	53.607	5,3
Oferta de Água	28.160	2,8
Esgotamento Sanitário	2.194	0,2
Melhorias Sanitárias	17.411	1,7
Implantação de Aterros Sanitários	5.842	0,6
HABITAÇÃO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE	3.017	0,3
Melhoria Habitacional para Erradicação da Doença de Chagas	3.017	0,3
AÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	1.948	0,2
Atendimento a Crianças e Adolescentes em Unidades Sociais	481	0,1
Aparelhamento e Funcionamento do HCT (*)	1.356	0,1
Recuperação em Unidades de Saúde no Sistema Penitenciário	111	0,0
TOTAL	1.012.349	100

Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF

(*) Hospital de Custódia e Tratamento

Anexo IV

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
 BAHIA, 2005

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS	
	(R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO (%)
HABITAÇÃO	103.770	35,1
Viver Melhor Rural – Luz para Todos	41.662	14,1
Kit Moradia/Habitação	14.847	5,0
Construção de Casa Popular	11.922	4,0
Viver Melhor – Contrapartida	5.455	1,8
Infra-estrutura Habitacional – Pró-saneamento	2.732	0,9
Infra-estrutura Habitacional – Pró-Moradia	16.313	5,5
Infra-estrutura Habitacional – Pró-Habitar/BID	3.144	1,1
Programa de Subsídio Habitacional – PSH	5.205	1,8
Aquisição de Glebas de Terra	1.860	0,6
Sanitários Domiciliares	386	0,1
Outras	244	0,1
INCLUSÃO SOCIAL	83.571	28,3
Produzir – Contrapartida	18.889	6,4
Pró Gavião – Contrapartida	10.391	3,5
Cabra Forte	14.187	4,8
Arranjos Produtivos (Algodão, Bahia Citros, Nossa Fibra Pater e Policultura)	11.001	3,7
Condomínio Moradas da Lagoa	6.997	2,4
Desenvolvimento da Pesca	5.124	1,7
Família Produtiva/Geração de Renda	4.822	1,6
Organização Fundiária	3.607	1,2
Terra Fértil	2.947	1,0
Reciclar para Crescer	1.595	0,5
Irrigação (Bacia Sedimentar de Tucano e Ponto Novo III)	1.393	0,5
Qualificação Profissional do Trabalhador	1.390	0,5
Prisma	574	0,2
Outras	654	0,2
AÇÃO SOCIAL	36.539	12,4

continua

conclusão do Anexo IV

AÇÃO	RECURSOS APLICADOS	
	(R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO (%)
Peti – Jornada Ampliada	12.980	4,4
Atendimento a Criança e Adolescente	12.795	4,3
Apoio a Entidade Social	6.000	2,0
Atendimento a Pessoas em Situação de Risco	2.173	0,7
Viva Nordeste	1.363	0,5
Atendimento a Portador de Deficiência e Idoso	1.228	0,4
EDUCAÇÃO	21.609	7,3
Transporte Escolar	12.620	4,3
Universidade para Todos	5.956	2,0
Faz Universitário	3.033	1,0
SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	17.633	6,0
Nossa Sopa	6.192	2,1
+ Vida	5.018	1,7
Prato do Povo	3.401	1,2
Incentivo ao Consumo de Leite	3.022	1,0
TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO	16.184	5,5
Tecnologias em Produção Avícola Familiar	6.462	2,2
Inclusão Digital e Infocentro	5.843	2,0
Banco de Projetos e Base de Informações sobre a Pobreza	2.877	1,0
Desenvolvimento de Tecnologias de Gestão em Áreas Sociais	1.002	0,3
SANEAMENTO	8.573	2,9
Abastecimento de Água em Núcleos Rurais	7.063	2,4
Melhorias Sanitárias em Núcleos Rurais	1.242	0,4
Construção de Aterro Sanitário	268	0,1
DEFESA CIVIL E DIREITOS HUMANOS	1.621	0,5
ADMINISTRAÇÃO	1.372	0,5
SAC Móvel	329	0,1
Recuperação de Edifícios Públicos	561	0,2
Promoção de Parcerias (ONG Forte e Escolas Família Agrícola)	482	0,2
OUTRAS	4.599	1,5
TOTAL	295.471	100,0

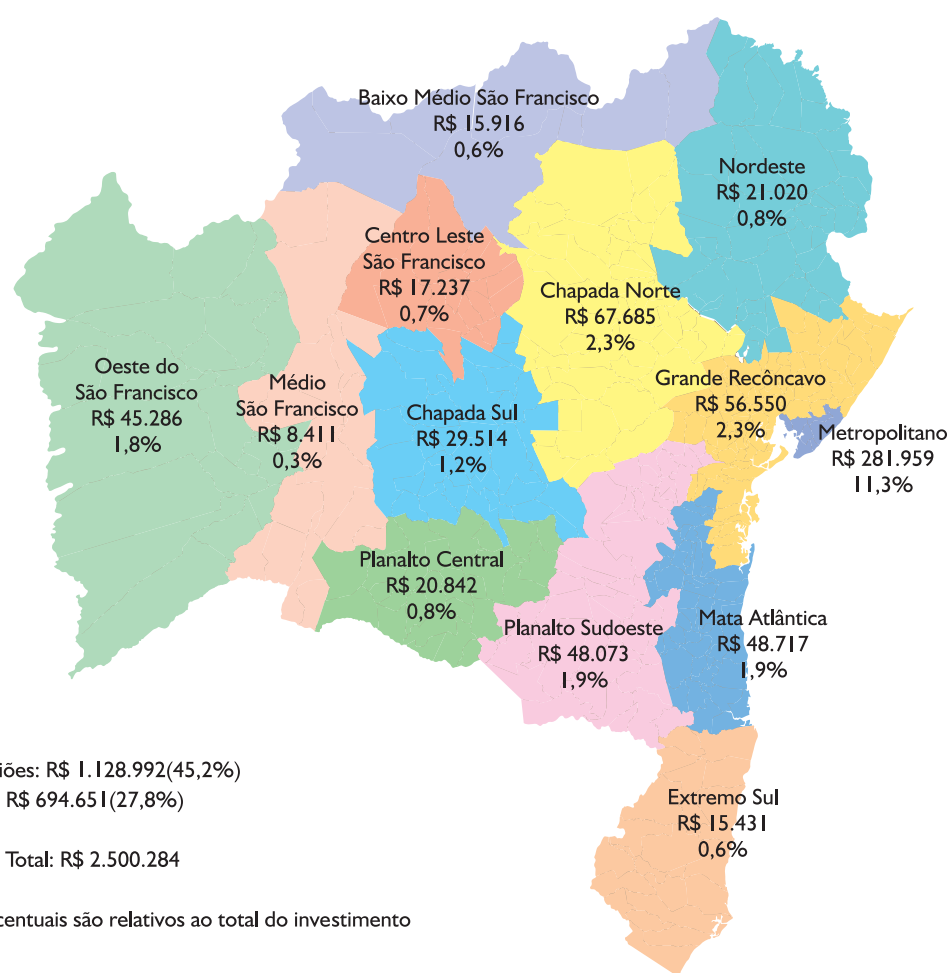
Fonte: SEPLAN/Siplan; SEFAZ/ICF

Anexo V

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO

BAHIA, 2005

(R\$ 1.000,00)



Anexo VI

MODELO LÓGICO DE GESTÃO DO PROGRAMA CABRA FORTE

BAHIA, 2005

GOVERNO DA BAHIA **PROGRAMA CABRA FORTE**
MODELO LÓGICO DE GESTÃO

QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Baixa renda (Monetária e não monetária)

Causada por:

Falta de oportunidades

Baixa produtividade (da atividade econômica principal: ovinocaprinocultura)

Escassez de água

Habitos conservadores (refletidos em práticas contraproducentes)

GOVERNO DA BAHIA **PROGRAMA CABRA FORTE**
MODELO LÓGICO DE GESTÃO

OBJETIVO GERAL

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS
ATRAVÉS DO AUMENTO DA RENDA PROVENIENTE
DA OVINOCAPRINOCULTURA

GOVERNO DA BAHIA **PROGRAMA CABRA FORTE**
MODELO LÓGICO DE GESTÃO

PÚBLICO-ALVO

Pequenos Produtores:

Com propriedades de até 100 hectares

Organizados em associações

Moradores nos Municípios atendidos pelo Programa*

* Pólos de Remanso, Jaguarari e Conceição do Collê

GOVERNO DA BAHIA **PROGRAMA CABRA FORTE**
MODELO LÓGICO DE GESTÃO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Ampliar e Melhorar a Oferta de Água para os Produtores
2. Melhorar a Produtividade da Ovinocaprinocultura na Região
3. Diversificar a Produção Agropecuária nos Pólos*
4. Promover o Desenvolvimento Humano e Social dos Produtores e Familiares*
5. Fomentar a Organização das Cadeias Produtivas Agropecuárias*
6. Preservar e Promover o Uso Racional da Catinga e Demais Ecossistemas*

*Objetivos não detalhados nesta apresentação

GOVERNO DA BAHIA **PROGRAMA CABRA FORTE**
MODELO LÓGICO DE GESTÃO

OBJETIVO ESPECÍFICO

1. Ampliar e Melhorar a Oferta de Água para os Produtores

ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS
1.1 Disponibilizar ponto de água confiável para grupos de 15 a 20 produtores	Perfuração e recuperação de poços tubulares	Poços perfurados-recuperados	<ul style="list-style-type: none"> • Maior acesso de produtores à água de qualidade para consumo humano • Dessecação dos animais • Aproveitamento da água não aproveitada para consumo humano e animal para outros usos • Maior acesso de produtores à água de qualidade para consumo humano
	Construção e recuperação de barragens (CAR - Associações)	Barragens construídas-recuperadas	
	Implantação e recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água (CAR - Cereb - Associações)	Sistemas construídos-recuperados poços Sistemas construídos-recuperados barragens	
1.2 Propiciar o armazenamento de água de chuva nas propriedades asfaltadas	Derivação de adutoras para criar pontos de água confiáveis (Sengri)	Adutoras derivadas	
	Construção de cisternas domiciliares para os produtores (CAR - Associações)	Cisternas construídas	

continua

continuação do Anexo VI



continua

conclusão do Anexo VI

